



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2024

“ARTEFATOS DA FASE PREPARATÓRIA”

PROCESSO Nº. 012/2024

PROTOCOLO Nº. 025/2024

COMPRASNET Nº. 90005/2024

ASSUNTO: “LOCAÇÃO DE TALONÁRIO ELETRÔNICO DE MULTAS, INCLUINDO SOFTWARE, EQUIPAMENTOS PARA IMPRESSÃO, SUPRIMENTOS, MANUTENÇÃO PREVENTIVA/ CORRETIVA E SUPORTE TÉCNICO NO MUNICÍPIO”.

Estudo Técnico Preliminar 6/2024

1. Informações Básicas

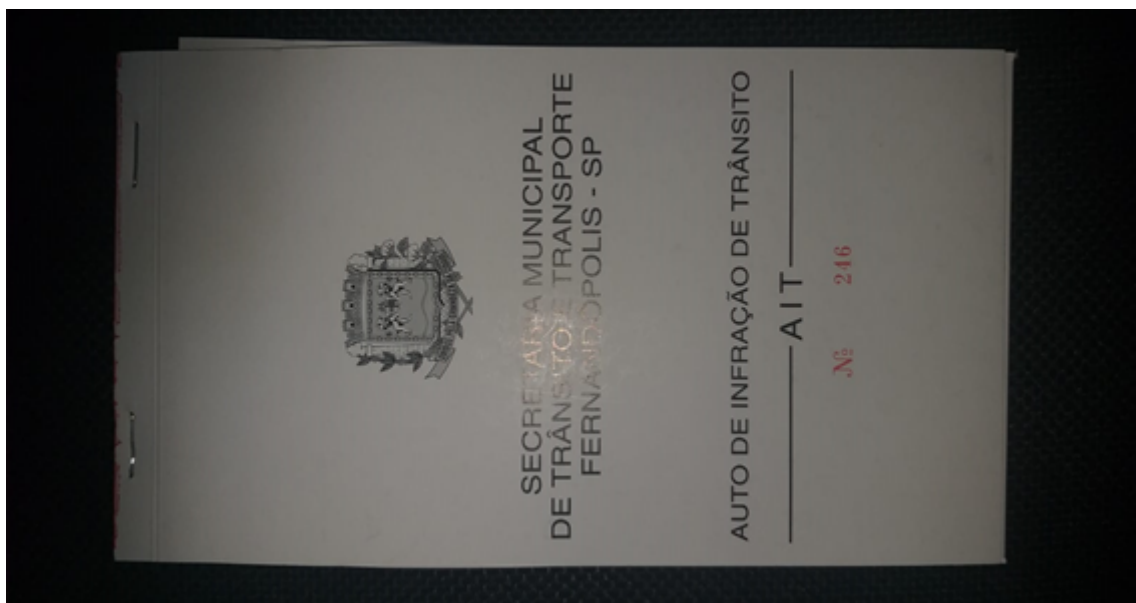
Número do processo:

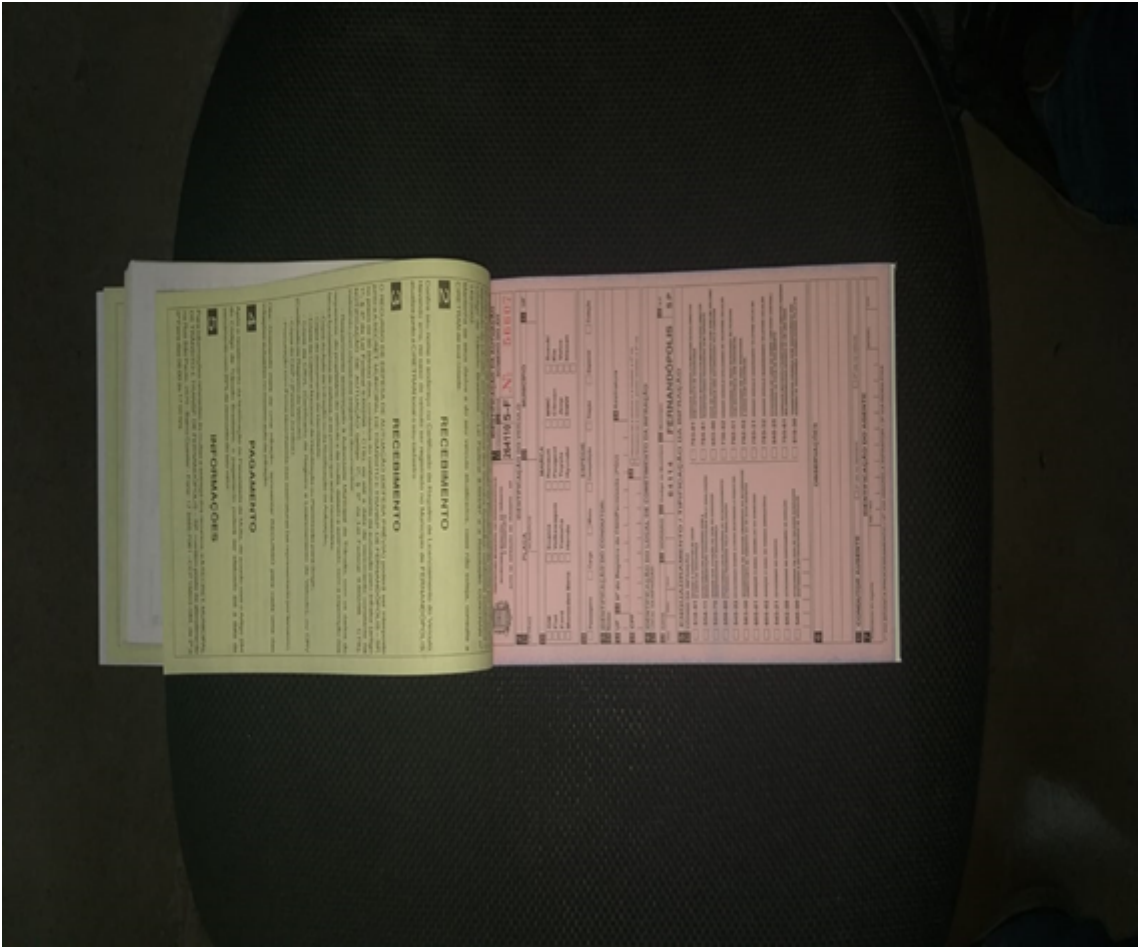
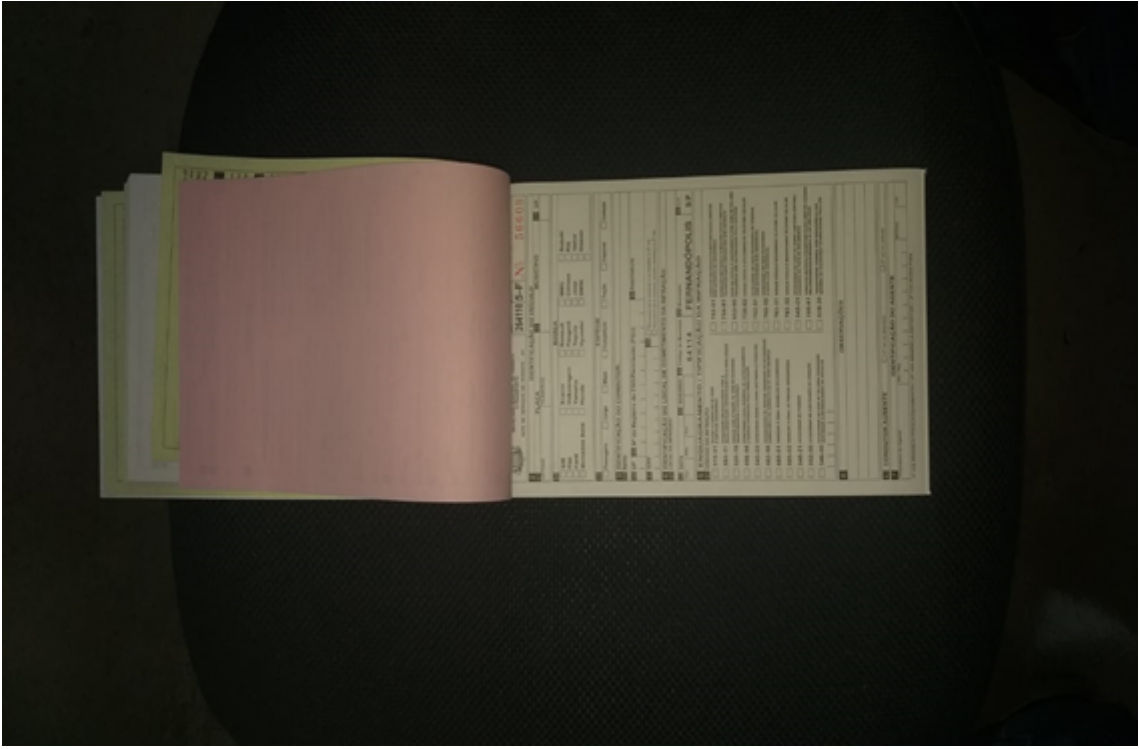
2. Descrição da necessidade

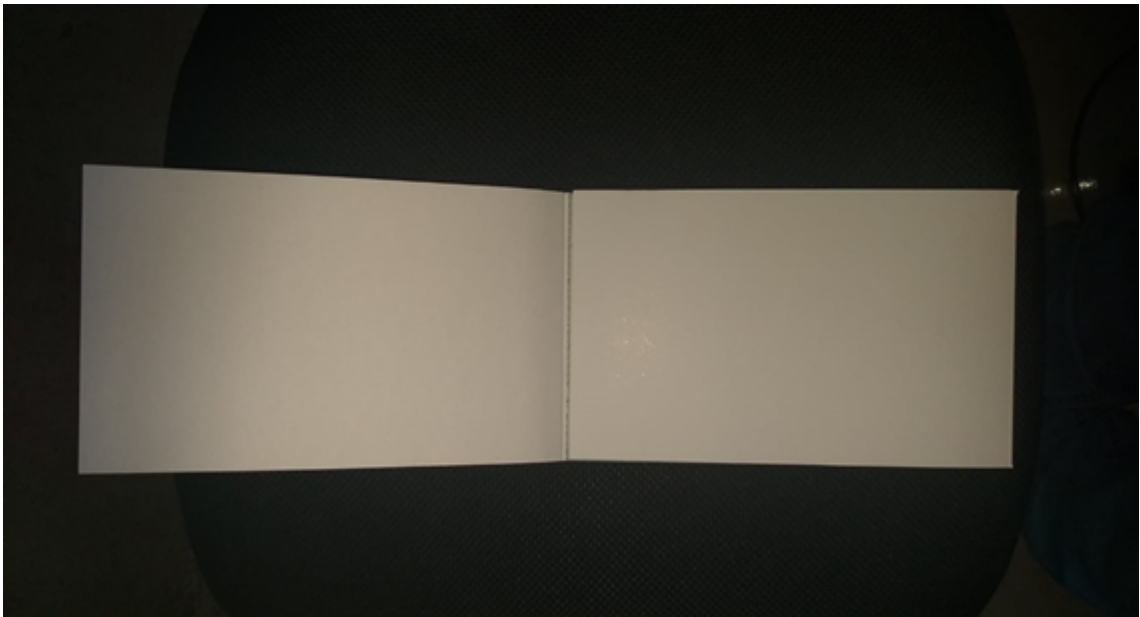
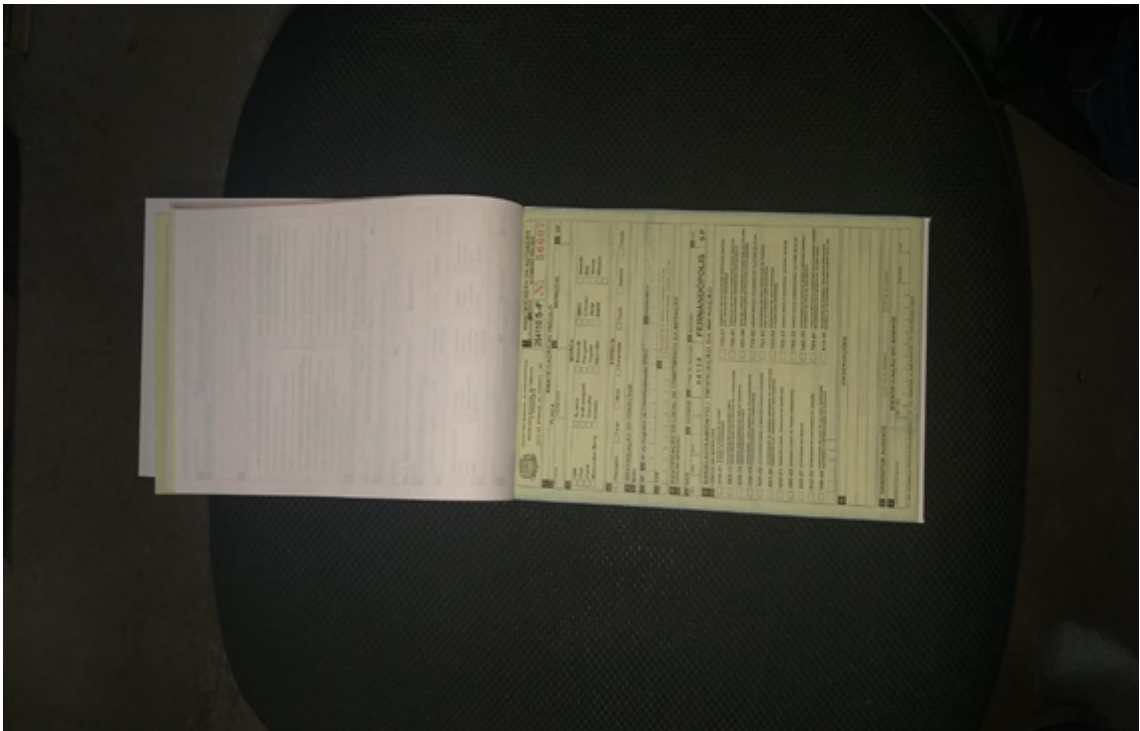
A solução integrada para fiscalização e operação de trânsito Solução (Talão Eletrônico de Multas) vem para substituir e modernizar o “bloco de multas”, utilizado atualmente pelos agentes de trânsito. O sistema promove uma atuação de forma ágil, prática e com alta confiabilidade, otimizando o aproveitamento dos documentos gerados, minimizando as perdas.

O Software disponibiliza a mais moderna tecnologia para atividades em campo, acarretando com isto uma significativa redução no tempo necessário para lavrar uma multa de trânsito, uma vez que a maior parte dos dados já está em um banco de dados na memória do dispositivo móvel, sendo possível tratar em tempo real as informações coletadas, diminuindo consideravelmente a margem de erro no preenchimento do auto de infração.

O talonário eletrônico também introduz o processo digital no âmbito do Órgão de Trânsito, a tecnologia otimiza a prestação de serviços, aumenta a praticidade e a segurança no processo de atuação no trânsito e reduz o uso de papel no departamento.







3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte	Ederson Jo´sse da Silva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Descrição dos Requisitos da Contratação.

Solução móvel de talonário eletrônico de multas de trânsito.

A empresa contratada deverá fornecer, sob a forma de locação, licenças de uso, do sistema de Talonário Eletrônico devidamente homologado junto a entidade credenciada pelo SENATRAN, contendo as seguintes características mínimas:

O sistema deve permitir a entrada de dados via tela de toque, deixando a critério do agente autuador o método de utilização.

O sistema deverá dispor de mecanismos de consulta de infrações de trânsito, sendo permitida a filtragem das informações, no mínimo por enquadramento, artigo ou descrição.

O sistema deverá seguir padrões de segurança da informação, que permitam a identificação do agente autuador responsável pela lavratura do Auto de Infração, por meio de sua matrícula e senha de acesso.

As tabelas referentes ao controle de acesso ao sistema deverão ser instaladas no equipamento, permitindo acesso off-line quando em áreas de sombra.

O sistema deverá ser homologado possuindo portaria do SENATRAN referente ao software Talonário Eletrônico devidamente homologado, conforme legislação vigente.

O sistema deverá receber de forma automática, sem interferência externa, numeração sequencial de autos de infração, estabelecida previamente pelo operador do Sistema de Gerenciamento de Trânsito.

Essa numeração deverá ser pré-carregada no dispositivo portátil, para permitir o registro do Auto de Infração, quando for necessário o preenchimento off-line.

O sistema deverá permitir a consulta de veículos através da informação da placa ou chassi do veículo.

Esta consulta poderá ser realizada pelo agente autuador de forma off-line, de acordo com a base de dados de veículos instalada no próprio dispositivo móvel, ou, on-line, sendo realizada através de consulta via conexão GPRS ou similar a base de dados do Sistema de Gestão de Talonário Eletrônico.

O software deverá permitir que o agente autuador defina se deseja realizar a consulta ONLINE ou OFFLINE para cada operação a ser realizada.

O sistema deverá dispor de controle de numeração de autos de infração por agente autuador, permitindo que mais de um agente utilize o mesmo equipamento portátil, gerenciando os talões virtuais de infração, de acordo com o agente autuador logado no sistema, onde cada agente possua uma faixa (talão virtual) correspondente a sua matrícula.

O sistema deverá apresentar ao agente autuador, quando encontrado o registro referente ao veículo consultado, no mínimo, as seguintes informações: placa, chassi, país, município, cor, marca, categoria, modelo, espécie, ano de fabricação e ano do modelo do veículo.

No caso de o veículo consultado possuir restrições, as mesmas deverão ser apresentadas ao agente autuador.

O sistema deverá permitir que o agente no momento da identificação do condutor infrator consulte as restrições, conforme legislação vigente, permitindo ao agente identificar facilmente a(s) letra(s) contidas na CNH do condutor e seu significado.

O sistema deverá dispor de consulta de logradouros cadastrados, permitindo a busca por parte da descrição.

Também deverá fornecer recurso que possibilite listar os logradouros com maior incidência de autuações, no respectivo equipamento portátil durante o processo de autuação.

O sistema deverá permitir que o agente no momento da identificação do condutor infrator consiga obter uma imagem referente ao documento de identificação do condutor (CNH, CPF, RG, etc), este recurso poderá ser utilizado em caso de dúvida referente a veracidade ou conformidade da documentação apresentada.

A imagem obtida ficará vinculada a autuação, porém não deverá ser considerada como foto/registro no auto de infração.

O registro fotográfico deverá ser enviado ao sistema de gestão de talonário eletrônico, ficando disponível para consulta e averiguações.

O sistema deverá dispor de mecanismos que gerenciem e controlem a numeração dos autos de infração atribuídas aos agentes municipais, disponibilizando, automaticamente, um novo talão quando o que estiver sendo usado, entrar na faixa crítica estipulada pelo operador do sistema no Sistema de Gestão de Talonário Eletrônico.

O sistema deverá permitir ao administrador do sistema, através do Sistema de Gestão de Talonário Eletrônico, configurar a emissão de alertas a serem emitidos ao agente autuador, no momento da consulta aos dados do veículo, para determinadas restrições.

Os textos das mensagens poderão ser definidos pelo operador do Sistema de Gestão de Talonário Eletrônico.

O sistema deverá possuir interface com o usuário amigável e de fácil aprendizado, dispondo de acesso a todas as rotinas do sistema através de toque na tela.

O sistema / dispositivo portátil deverá permitir a inserção e manutenção de no mínimo 120.000 de registros de veículos para consulta off-line no dispositivo portátil.

A solução deverá possuir recurso onde ao ligar o dispositivo portátil o mesmo inicialize automaticamente o sistema de talonário de infrações de trânsito, não sendo possível a saída do programa pelo agente autuador.

Deverá ser bloqueado o acesso a configuração do dispositivo portátil e aos demais aplicativos, mesmo através de teclas/botões de atalho.

O sistema deverá permitir ao agente autuador registrar informações complementares sobre o local da infração.

O sistema deverá possuir tempo de resposta rápido, permitindo agilidade no lançamento de um auto de infração, levando em média o tempo de máximo 90 segundos.

O sistema deverá dispor de consulta de informações complementares, permitindo ao agente autuador no momento da autuação obter maiores informações sobre o enquadramento da infração a ser aplicado, tais como: natureza da infração, medidas administrativas aplicáveis, infrator, competência, pontuação, procedimento para constatação, obrigatoriedade de sinalização, procedimentos para a autuação, de modo ao órgão de trânsito, padronizar os procedimentos a serem adotados na fiscalização e orientação do trânsito.

O sistema deverá permitir que o agente autuador durante a lavratura do auto de infração, caso o veículo consultado não seja encontrado na base de dados do equipamento móvel, e tampouco na base de dados do Sistema de Gestão de Talonário Eletrônico, ou, não sendo possível a consulta, on-line, por falta de sinal informar os dados do veículo necessários à autuação.

Não será permitida a lavratura do auto de infração sem que haja o preenchimento dos campos obrigatórios previstos na legislação.

O sistema deverá permitir que o agente autuador informe o condutor infrator no momento da autuação.

Deverá possibilitar o lançamento no mínimo as seguintes informações: nome, Identificação da Habilitação do condutor, UF da habilitação, tipo do documento de identificação pessoal do condutor, tais como: CPF, RG, Funcional, Passaporte, ou qualquer outro documento pertinente, além da identificação do documento referente ao tipo informado.

O sistema deverá apresentar ao agente autuador, através da utilização do recurso GPS, o nome do logradouro e demais dados de localização de sua posição atual no momento do lançamento da autuação, permitindo que o mesmo a considere, quando julgar necessário, como referência para descrever o local da infração.

O sistema deverá permitir, através do software de gerenciamento, a identificação da localização da infração através da latitude e longitude informada pela antena de GPS do dispositivo móvel, sempre que houver sinal GPS disponível.

O sistema deverá permitir a consulta online, através de conexão GPRS ou similar, do prontuário do condutor, para averiguação irregularidades, sendo possível a consulta pelo nº da CNH, CPF ou RG do condutor.

O sistema deverá registrar o auto de infração, após consultado os dados do veículo, e confirmada a autuação pelo agente autuador, não podendo o mesmo desistir do lançamento sem justificativa.

O software deve registrar os dados do auto de infração, permitindo que mesmo em caso de falta de bateria, ou retirada da mesma, este registro seja enviado ao Sistema de Gestão de Talonário Eletrônico, para apuração da ocorrência por parte do operador do sistema.

O sistema deverá possibilitar ao agente autuador relatar observações sobre o condutor, inclusive, selecionando observações pré-cadastradas pelo operador do sistema, no Sistema de Gestão de Talonário Eletrônico.

O sistema deverá ser dotado de elementos de segurança, que garantam a fidelidade e integridade dos dados registrados, e impeçam sua alteração após o término da lavratura do Auto de Infração.

O sistema deverá possibilitar, ao agente autuador, cadastrar um novo logradouro que ainda não consta na base de dados do dispositivo portátil, sempre que necessário para a lavratura do auto de infração.

O mesmo deverá ser transmitido ao Sistema de Gestão de Talonário Eletrônico, e após validado o auto de infração possibilitar ao operador do Sistema de Gestão de Talonário Eletrônico, atualizar para os demais equipamentos portáteis, quando da sincronização da base de dados dos dispositivos portáteis.

O sistema deverá permitir o envio do registro da autuação aplicada, inclusive seus anexos, fotografias e vídeos, se houver, através de conexão GPRS ou similar. Assim como, registrar os dados no próprio equipamento portátil, para envio posterior.

Em caso de falta de sinal (área de sombra) o sistema deverá gravar o registro enviando no momento da transmissão de uma nova autuação.

O sistema deverá possuir recurso que permite ao agente autuador visualizar e realizar o envio das autuações não enviadas a qualquer tempo via conexão GPRS ou similar.

O sistema deverá possuir rotina que permita a consulta das autuações aplicadas pelo agente autuador.

As informações consultadas deverão identificar quais registros foram transmitidos ao Sistema de Gestão de Talonário Eletrônico e quais ainda não foram enviados.

O sistema deverá, durante o processo de autuação, listar as infrações que mais incidiram no processo de fiscalização, no respectivo equipamento portátil.

O sistema deverá permitir, que somente agentes municipais, cadastrados para determinados equipamentos portáteis, tenham permissão de acesso ao sistema.

Um agente autuador poderá possuir acesso em mais de um equipamento portátil, desde que devidamente cadastrado e de acordo com as permissões atribuídas pelo operador do sistema no Sistema de Gestão de Talonário Eletrônico.

O sistema deverá permitir o registro de infrações aplicadas para transportador/embarcador, validando o CNPJ informado, evitando falha no preenchimento do Auto de Infração.

O software deverá realizar a impressão dos dados do Auto de Infração em tempo real, por meio de conexão Bluetooth ou Wireless, utilizando-se de impressora portátil fornecida, contendo o Auto de Infração impresso, campo para a assinatura do infrator e do agente autuador.

O Auto de Infração lavrado deverá permanecer armazenado no equipamento, durante o dia em que foi registrada a infração, a fim de permitir a impressão, pelo equipamento, em momento posterior a autuação.

O sistema deverá permitir, após a finalização do preenchimento do auto de infração, a vinculação da medida administrativa adotada, sendo apresentadas ao agente autuador, somente as medidas relacionadas ao enquadramento da infração aplicada.

Em caso de infrações que não possuam medida administrativa aplicáveis, a inexistência deverá ser informada ao agente.

O sistema deverá, após o lançamento do auto da infração, permitir que o agente autuador informe se o auto de infração foi entregue e assinado pelo condutor infrator.

O sistema deverá permitir a comunicação via rede wireless a ser instalada e mantida na base de operações, permitindo o envio e recebimento das informações mesmo em caso de falha na comunicação da rede da operadora.

O sistema deverá permitir que o agente autuador efetue o registro de ocorrências relativas a infraestrutura de trânsito, sendo transmitido através de conexão GPRS ou similar, ao software de gerenciamento de infrações as informações referentes a ocorrência.

O sistema deverá possibilitar a consulta de informações referentes as credenciais emitidas para vagas de estacionamento público a idosos e deficientes físicos, permitindo a consulta através do número da credencial, CPF ou da placa do veículo, sendo informado ao agente autuador a autenticidade da credencial, os dados do beneficiário além da data de vencimento da credencial quando for o caso.

O sistema deverá possuir recurso de transmissão de dados através da rede de dados celular 3G, permitindo a comunicação entre os equipamentos portáteis e o Sistema de Gestão de Talonário Eletrônico, sendo todos os custos com os pacotes de dados utilizados nos equipamentos portáteis serão de responsabilidade da contratada.

O sistema deverá permitir o registro de infrações aplicadas com o auxílio de equipamentos/aparelhos, que comprovem/registrem o cometimento de infração de trânsito, tais como radares portáteis, decibelímetro e etilômetro.

O sistema deverá fornecer ao agente autuador oportunamente, listagem de equipamentos (radares portáteis, decibelímetro, etilômetro) compatíveis com o enquadramento selecionado, previamente cadastrado no Sistema de Gestão de Talonário Eletrônico. Deverão ser apresentados no mínimo os dados de identificação do equipamento, sua marca/modelo a data de sua aferição além do vencimento da aferição.

O sistema deverá vincular à marca do veículo infrator, informada pelo agente autuador, os modelos pertinentes, quando o sistema estiver trabalhando off-line, ou, quando o veículo não for encontrado na base de dados do equipamento móvel, e tampouco, na base de dados do Sistema de Gestão de Talonário Eletrônico, disponibilizados pelo DETRAN, objetivando diminuir a possibilidade de erros, quando do preenchimento dos dados de identificação do veículo.

O sistema deverá possuir rotina para registro de infração com fotografia (s) integrada à câmera do dispositivo portátil, permitindo o registro de ilimitadas fotografias, além de possuir recurso para envio ONLINE das imagens registradas.

As imagens poderão ser obtidas em qualquer momento durante o preenchimento do auto de infração ou na finalização do processo, de acordo com a necessidade do agente autuador.

O sistema deverá permitir, após finalizado o preenchimento, a impressão do Auto de Infração, em duas vias na presença do infrator.

O software poderá imprimir o número de vias (uma ou duas) de acordo com o que for necessário, nas demais situações.

O sistema deverá permitir que o agente autuador, a qualquer momento, solicite o cancelamento do auto de infração. Sendo obrigatório informar o motivo do cancelamento, previamente cadastrado pelo operador do sistema, no Sistema de Gestão de Talonário Eletrônico, podendo também informar uma observação sobre o cancelamento.

O sistema deverá possibilitar a aplicação de uma nova infração para o mesmo veículo, sendo mantidos os dados da autuação anterior, permitindo ao agente autuador proceder com o lançamento alterando as informações que lhe forem necessárias.

O sistema deverá permitir ao agente autuador a visualização de todas as imagens obtidas para o auto de infração, permitindo que o mesmo exclua as imagens existentes e obtenha novas imagens.

O sistema deverá permitir que os agentes municipais visualizem toda e qualquer legislação (portarias, resoluções, deliberações, leis municipais) pertinente a suas atividades, devendo para tanto realizar previamente o cadastro das mesmas no sistema de gestão de talonário eletrônico.

O sistema deverá possibilitar como última etapa do lançamento, a visualização completa, uma única tela, de todos os dados do auto de infração lavrado, permitindo ao agente autuador a confirmação das informações lançadas, antes da finalização do lançamento do auto de infração.

O sistema deverá possuir rotina para registro de infração com vídeo (s) e áudio integrado ao dispositivo portátil, permitindo o registro de ilimitados vídeos, além de possuir recurso para envio ONLINE dos vídeos registrados.

Os vídeos poderão ser obtidos em qualquer momento durante o preenchimento do auto de infração ou na finalização do processo, de acordo com a necessidade do agente autuador.

O sistema deverá exigir que o agente autuador informe a finalização do preenchimento do Auto de Infração, para que um novo Auto de Infração possa ser preenchido, não podendo ser de forma automática ao final do preenchimento.

O sistema deverá possibilitar ao agente autuador selecionar observações gerais sobre a autuação, sendo estas pré-cadastradas pelo operador do sistema no Sistema de Gestão de Talonário Eletrônico, sendo possível selecionar diversas observações gerais para cada auto de infração.

As observações gerais deverão ser apresentadas para todos os enquadramentos infracionais. Após selecionar o agente autuador poderá alterar o conteúdo das observações de acordo com a situação presenciada.

Em toda e qualquer comunicação (consulta, envio de Informação, sincronização, etc) realizada pelo sistema de talonário eletrônico ao sistema de gestão, deverão ser enviadas as informações de qual o agente autuador logado, qual a operação realizada, qual a localização GPS do equipamento além da data e hora de registro da operação.

Além da seleção de observações pré-cadastradas o sistema deverá permitir que o agente autuador, descreva qualquer situação que deseje descrever no campo observação do auto de infração.

O sistema deverá validar as informações referentes aos equipamentos/dispositivos (radares portáteis, decibelímetro, etilômetro) informados pelo agente autuador, evitando inconsistência no auto de infração.

O sistema deverá alertar o agente autuador, sempre que os equipamentos/dispositivos (radares portáteis, decibelímetro, etilômetro) estiverem com sua data de aferição vencida.

O sistema deverá possibilitar o cadastro de equipamentos/dispositivos (radares portáteis, decibelímetro, etilômetro) que não se encontrem cadastrado no dispositivo móvel, sendo esta informação transmitida para o sistema de Sistema de Gestão de Talonário Eletrônico, possibilitando a validação das informações por parte do operador do sistema.

O sistema deverá permitir atualização on-line dos dispositivos portáteis com os dados referentes aos logradouros, observações, informações complementares, agentes municipais, radares portáteis, decibelímetro, etilômetro.

Ao iniciar o sistema, caso existam registros de infração ainda não enviados, o sistema deverá informar ao usuário, sendo solicitada autorização para envio dos registros, evitando que registros de autuações realizadas fiquem se a devida transmissão ao sistema de gestão.

O sistema deverá permitir o envio dos registros de imagens/vídeos registradas para as autuações através de opção de envio exclusivo destas informações.

O sistema deverá possuir controle onde somente a impressora portátil vinculada ao dispositivo portátil no sistema de gestão, possa realizar a impressão do auto de infração.

O sistema deverá permitir que seja realizado a qualquer tempo, teste de impressão, evitando que o agente autuador saia a campo com uma impressora portátil não cadastrada para o dispositivo portátil correspondente.

O sistema deverá possuir funcionalidade que permita o registro de imagens de infrações de um ou mais veículos, possibilitando que posteriormente o agente selecione as imagens referente a infração e realize o lançamento do auto de infração.

O software deverá possuir o recurso de OCR para leitura e reconhecimento da placa do veículo com base na foto registrada, porém poderá o agente autuador alterar o conteúdo da placa quando a leitura automática estiver incorreta.

O sistema deverá possibilitar ao agente autuador selecionar observação sobre a autuação de acordo com o enquadramento da infração, pré-cadastradas pelo operador do sistema no Sistema de Gestão de Talonário Eletrônico, sendo possível selecionar apenas uma observação específica da infração. Após selecionar o agente autuador poderá alterar o conteúdo da observação de acordo com a situação presenciada.

O sistema não deverá permitir a alteração, em hipótese alguma, das informações registradas, após a conclusão do processo de lançamento da autuação.

Sempre que houver uma atualização no processo de autuação, como uma impressão de 2ª via ou a aplicação de uma medida administrativa, esta nova informação deverá ser enviada/reenviada ao sistema de gestão de talonário eletrônico ficando disponível para consulta.

Nos casos em que o registro já tenha sido enviado anteriormente, deverá ocorrer a atualização do mesmo com a nova informação.

Locação de sistema de gestão talonário eletrônico.

A empresa contratada deverá fornecer, sob a forma de locação, 1 (uma) licenças de uso, do sistema de Gestão de Talonário Eletrônico (sistema de retaguarda) sem limite de usuários e conexões, contendo as seguintes características mínimas:

O sistema deverá possuir funcionamento baseado em Web com o acesso sendo feito através de navegador de Internet (browser), de qualquer computador com acesso à Internet, sendo exigido nome de usuário e senha previamente cadastrada.

O sistema deverá permitir a digitalização dos autos de infração de trânsito, através do browser (navegador de internet), evitando extravios ou adulterações posteriores dos Autos de Infração emitidos pelos agentes municipais.

A ferramenta de digitalização deverá possuir suporte a Scanner com alimentador automático de documento.

O sistema deverá permitir a indexação dos autos de infração de trânsito digitalizados, sendo validado o número do auto de infração informado pelo usuário.

O sistema deverá possibilitar o cadastramento e manutenção de grupos de usuários, sendo atribuídas a todas as rotinas do sistema, permissões de acesso às rotinas, além de permissões nas operações de inclusão, alteração e exclusão.

O sistema deverá possibilitar a realização de auditoria das ações dos usuários no sistema, registrando e informando dados como data, hora, endereço IP, nome de usuário e ação realizada.

O sistema deverá possibilitar o cadastramento e manutenção de informações a respeito dos motivos de cancelamento dos autos de infração de trânsito a serem disponibilizados aos agentes autuadores.

O sistema deverá possibilitar o cadastramento e manutenção de informações a respeito dos logradouros e demais locais de infração do município a serem disponibilizados aos agentes autuadores.

O sistema deverá possibilitar o cadastramento e manutenção de informações a respeito dos agentes municipais, sendo atribuída senha de acesso ao dispositivo portátil.

O sistema deverá possibilitar o cadastramento e manutenção de informações a respeito dos equipamentos utilizados no processo de fiscalização e autuação, sendo registradas as informações do dispositivo portátil, dados da operadora e da impressora portátil.

O sistema deverá permitir a vinculação de informações a respeito do agente autuador aos equipamentos portáteis, que o mesmo terá permissão de uso.

O sistema deverá possibilitar o cadastramento e manutenção dos dados das faixas de numeração de autos de infração para cada agente autuador, sendo cadastrada automaticamente, nova numeração de talão, quando o que estiver em uso encontrar-se dentro da faixa crítica estipulada pelo operador do sistema.

O sistema deverá permitir a localização do equipamento portátil, através de mapa georeferenciado, em um determinado período de tempo.

O sistema deverá permitir a visualização do auto de infração com seus respectivos dados anexos (visualização de fotografias e vídeos).

O sistema deverá permitir a visualização do local da infração através de mapa georeferenciado, conforme coordenadas enviadas pelo dispositivo portátil no momento da Autuação.

O sistema deverá emitir cópia dos Auto de Infração de Trânsito, aplicados pelos agentes municipais.

Nos casos em que houver a impressão do auto de infração, pela impressora portátil, deverá ser disponibilizado, ao usuário do sistema, a imagem digitalizada do Auto de Infração.

Nos casos em que não houver a impressão deverá ser disponibilizado auto de infração eletrônico, incluindo as imagens da infração, quando for o caso.

O sistema deverá permitir o cadastramento e manutenção de observações (gerais, de infrações e de condutores) que serão utilizadas pelos agentes municipais no momento do preenchimento do auto de infração na utilização dos dispositivos portáteis.

O sistema deverá possuir ferramenta que possibilite o cadastramento de situações que se configurem como infrações continuadas, informando ao usuário do sistema os registros de multas caracterizados como infração continuada no momento de sua validação.

O sistema deverá possuir ferramenta que possibilite o cadastramento de situações que se configurem como infrações concorrentes, informando ao usuário do sistema os registros de multas caracterizados como infração concorrentes no momento de sua validação.

O sistema deverá possibilitar o cadastramento e manutenção de informações a respeito de radares eletrônicos.

O sistema deverá manter as aferições dos equipamentos cadastrados, alertando o usuário em caso de aferições vencidas.

³Estas informações deverão ser incluídas/atualizadas nos dispositivos portáteis, sendo disponibilizada ao agente autuador no momento do preenchimento do auto de infração.

O sistema deverá possibilitar o cadastramento e manutenção de informações a respeito de equipamentos de decibelímetro.

O sistema deverá manter também as aferições dos equipamentos cadastrados, alertando o usuário em caso de aferições vencidas.

Estas informações deverão ser incluídas/atualizadas nos equipamentos portáteis, sendo disponibilizada ao agente autuador no momento do preenchimento do auto de infração.

O sistema deverá possibilitar o cadastramento e manutenção de informações a respeito de equipamentos de etilômetro.

O sistema deverá manter também as aferições dos equipamentos cadastrados, alertando o usuário em caso de aferições vencidas.

Estas informações deverão ser incluídas/atualizadas nos equipamentos portáteis, sendo disponibilizada ao agente autuador no momento do preenchimento do auto de infração.

O sistema deverá dispor de rotina que permita a atualização periódica da base de dados de veículo, conforme arquivo TXT fornecido pelo DETRAN/PRODESP.

O sistema deverá dispor de ferramenta que permita a limitação de deslocamento dos equipamentos portáteis, de acordo com limites previamente cadastrados, no Sistema de Gestão de Talonário Eletrônico.

Havendo rompimento, dos limites virtuais, deverá ser emitindo um alerta ao sistema, identificando o dispositivo portáteis.

O sistema deverá dispor de consultas que permitam ao operador do sistema localizar o registro de auto de infração, através do número do auto, placa ou RENAVAM do veículo, sendo apresentado em tela todas as informações da autuação.

O sistema deverá dispor de consultas de veículos cadastrados na base de dados do órgão de trânsito, com possibilidade de busca pela placa, RENAVAM, chassi ou nome do proprietário do veículo.

O sistema deverá possuir ferramenta que possibilite a exportação dos registros das infrações de trânsito para o sistema de processamento de multas contrato pelo município.

O sistema deverá possibilitar a geração de relatório gerencial mensal que apresente os totais de multas aplicadas, válidas e canceladas pelos agentes municipais no período definido pelo usuário.

O sistema deverá possibilitar a geração de relatório estatístico que apresente os totais de multas aplicadas por agente autuador, sendo relatadas as infrações válidas e canceladas no período definido pelo usuário.

O sistema deverá possibilitar a geração de relatório estatístico que apresente os totais de multas canceladas por agente autuador, sendo informado o total de registros por motivos de cancelamento.

O sistema deverá possibilitar a geração de relatório estatístico que apresente os totais de multas aplicadas por tipo de veículo no período definido pelo usuário.

O sistema deverá possibilitar a geração de relatório estatístico que apresente os totais de multas aplicadas por logradouro/local da infração no período definido pelo usuário.

O sistema deverá possibilitar a geração de relatório estatístico que apresente os totais de multas aplicadas em cruzamentos, fornecendo dados importantes para ações de prevenção de acidentes por parte da administração pública.

O sistema deverá possibilitar a geração de relatório estatístico que apresente os totais de multas aplicadas por enquadramento (infração) no período definido pelo usuário.

O sistema deverá possuir rotina que permita a validação das autuações realizadas pelos agentes municipais, nos dispositivos portáteis.

Esta rotina deverá permitir a visualização de todos os dados da autuação, bem como as medidas administrativas aplicadas e não aplicadas, o auto de infração emitido (quando for o caso) além das fotos e vídeos vinculados a autuação.

O sistema deverá dispor de rotina que permita o recebimento dos registros das ocorrências relativas à infraestrutura de trânsito, registrados pelos agentes da autoridade de trânsito e enviadas através do talão eletrônico de infrações de Trânsito.

O sistema deverá dispor de rotina que permita o lançamento de ocorrências relativas à infraestrutura de trânsito, informadas via atendimento de reclamações da população.

O sistema deverá dispor de rotina que permita a impressão dos registros referentes às ocorrências relativas a infraestrutura de trânsito, registrados pelos agentes municipais e enviadas através do dispositivo portátil, sendo possível a impressão do mapa através das coordenadas do equipamento e possíveis fotos da ocorrência lançada.

O sistema deverá dispor de rotina que o permita acompanhamento dos registros referentes às ocorrências de infraestrutura de trânsito, possibilitando ao usuário do sistema a alteração do status da ocorrência e sendo apresentados registros de infraestrutura ainda não realizados.

O sistema deverá dispor de rotina que permita a lançamento de impressão dos registros referentes às ocorrências relativas a infraestrutura de trânsito, registrados pelos agentes municipais e enviadas através do dispositivo portátil, sendo possível a impressão do mapa através das coordenadas do equipamento e possíveis fotos da ocorrência lançada.

O sistema deverá dispor de ferramenta que permita o cadastro e manutenção de informações complementares, permitindo ao operador do sistema descrever procedimentos a serem utilizados pelos agentes municipais no momento da autuação, para cada infração/desdobramento, permitindo padronização do processo de fiscalização de trânsito.

O sistema deverá dispor de mecanismos que garantam a integridade do registro, referente ao auto de infração aplicado pelo agente autuador.

Sendo apresentado ao operador do sistema no momento do recebimento do registro, restrição quando os dados obrigatórios para a lavratura do auto de infração não forem preenchidos.

O sistema deverá dispor de mecanismos que garantam a integridade do registro, referente ao auto de infração aplicado pelo agente autuador.

Sendo apresentado ao operador do sistema no momento do recebimento do registro restrição quando o horário da infração estiver fora da escala de trabalho definido para o agente autuador.

Características técnicas mínimas dos equipamentos PDA a serem fornecidos.

A contratada deverá fornecer implantar e manter para a Prefeitura Municipal de Fernandópolis/SP, por meio da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte, os seguintes equipamentos:

Locação equipamentos do tipo PDA com as seguintes características mínimas: o equipamento deverá operar mesmo em ambientes extremos como chuva, e possuir resistência a quedas de modo a impedir a interrupção do uso do equipamento ou a perda de dados já inseridos, com no mínimo as seguintes características: Tela colorida de no mínimo 5.0 polegadas com o recurso Touch Screen, Sistema de posicionamento global (GPS), Bluetooth, Wireless, processador com velocidade mínima de 2.0 GHz ou similar, memória RAM 6 GB, Câmera fotográfica colorida com resolução mínima de 8.0 Megapixels, suporte a WLAN IEEE 802.11 a/b/g, GPRS, bateria recarregável de Ion Lítio (ou similar) de no mínimo 4.000 mAh, peso máximo do equipamento completo 250g.

Características técnicas mínimas dos equipamentos impressora portátil a serem fornecidos.

Locação equipamentos do tipo impressoras térmicas portáteis com as seguintes características mínimas:

Largura de impressão - 70 mm, método de impressão térmica, memória Flash de 1 Mega bit, estrutura de pontos mínimo 550 pontos por linha.

Densidade de pontos de 8 pontos/mm (203 ppp).

Velocidade de impressão de 60mm/s.

Bateria Recarregável de no mínimo 1900 mah.

Peso máximo 470 gramas impressora completa.

Características técnicas mínimas dos serviços a serem fornecidos.

A licitante vencedora deverá realizar a instalação e manutenção dos servidores fornecidos, sendo de sua responsabilidade o fornecimento de licenças de uso dos softwares necessários para funcionamento dos servidores.

A licitante vencedora deverá implementar e manter no servidor utilizado como backup, um conjunto de procedimentos automatizados que garantam, em caso de falhas, a recuperação diária de todos os dados contidos no banco de dados do sistema de gestão.

A licitante vencedora deverá fornecer e manter estoque das bobinas de papel a serem utilizada nas impressoras portáteis para impressão dos autos de infração. A qualidade do papel fornecido deverá permitir que as informações impressas permaneçam legíveis por no mínimo 2 (dois) anos, sendo essa comprovação indicada em documentação do fabricante do papel.

A licitante vencedora deverá fornecer chip com pacote de dados que permita a comunicação de todos as soluções/equipamentos moveis com o software de gestão.

A licitante vencedora será responsável por manter os seus softwares atualizados de acordo com a legislação vigente, bem como atender as resoluções do CONTRAN e deliberação do SENATRAN em tempo hábil e perfeitas e plenas condições de uso.

É responsabilidade da contratada, fornecer capacitação técnica a todos os funcionários envolvidos. O treinamento deverá ser de no mínimo 40 horas.

É responsabilidade da contratada, dispor de suporte técnico telefônico e via internet em horário comercial para abertura de chamados.

A licitante vencedora será responsável por fornecer a contratante atualização tecnologia dos equipamentos e sistemas envolvidos.

A licitante vencedora será responsável por fornecer e manter o sistema de Talonário Eletrônico de Multas de Trânsito homologado junto a entidade credenciada pelo SENATRAN.

É responsabilidade da contratada, realizar a implantação de todos os sistemas e equipamentos.

A implantação deverá em até dez dias após a emissão da ordem de serviço.

A empresa contratada deverá dispor de suporte técnico telefônico e via internet em horário comercial para abertura de chamados.

A licitante vencedora deverá realizar a substituição de equipamentos e/ou peças dos dispositivos portáteis e impressoras portáteis em caso de problemas técnicos em até 5 (cinco) dias úteis após a abertura do chamado.

A licitante vencedora deverá fornecer capas para o fácil manuseio e transporte dos dispositivos portáteis e impressoras portáteis pelos agentes municipais.

A licitante vencedora deverá arcar com despesas e demais tributos ou taxa a prática de sua atividade.

A licitante vencedora deverá assumir a indenização pelos danos decorrentes de responsabilidade civil, praticado por seus funcionários.

Sempre que houver a necessidade de adequações ao sistema de gestão, ou ao software para registro de infrações e apoio ao trânsito (talão eletrônico de infrações de trânsito), deverá ser solicitado por escrito à empresa contratada, que terá um prazo de 48 horas para responder quanto ao atendimento e o tempo necessário para efetuar as mudanças solicitadas.

Tratando-se de melhorias no desempenho do pacote de dados de internet oferecido pela empresa contratada, ocorrendo modificação nos planos ou até mesmo, verificando, através do avanço tecnológico, novas velocidade e capacidade dos planos, esta deverá oferecer o upgrade do pacote de dados, sem custos adicionais a contratante, precisando apenas comunicar as alterações ocorridas.

Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes da utilização de marcas, registros e patentes relativos ao objeto proposto.

Fornecer equipamentos novos, de primeira qualidade, sem uso, de fabricação recente e com acabamento apropriado.

Assumir integral responsabilidade pela boa execução dos serviços contratados de acordo com as normas deste Edital, utilizando seus próprios recursos humanos, materiais, software e equipamentos.

Após a solução proposta entrar em produção e durante a vigência do contrato, a contratada será responsável por manter os softwares atualizados de acordo com a legislação vigente, inclusive realizando a homologação junto ao SENATRAN, sem ônus à contratante.

Frise-se, que a solução deverá entrar na fase de produção já homologada, além de comprovar o atendimento a toda a legislação pertinente.

Os equipamentos em questão devem estar **homologados pelo SENATRAN**.

5. Contratação PCA-Plano Contratação Anual

O Plano de Contratações Anual (PCA) é uma ferramenta de governança que consolida todas as contratações que um Órgão pretende realizar no ano subsequente.

Idem, o PCA possibilita ter uma visão sistêmica sobre todas as demandas de compras da Prefeitura.

No, entretanto, no PCA foi realizado a demanda para a confecção de serviços de materiais gráficos, ou seja a confecção do "bloco de multas", porém a locação do talonário eletrônico introduz o processo digital no âmbito do Órgão de Trânsito, a tecnologia otimiza a prestação de serviços, aumenta a praticidade e a segurança no processo de autuação no trânsito e reduz o uso de papel no departamento.

6. Enquadramento no Catalogo Eletrônico

Neste ETP será utilizado o enquadramento no catálogo eletrônico 839 - Outros serviços de negócios técnicos e profissionais discriminação 18287 - Trânsito/policiamento/segurança/campanhas/análise/relatórios:

Solução integrada para fiscalização e operação de trânsito (Talonário Eletrônico de multas, com locação de software, equipamentos tipo PDA com impressoras portáteis para operação e fornecimento de suprimentos, manutenção preventiva e corretiva e suporte técnico no Município de Fernandópolis/SP).

7. Identificação de Contratações Anteriores

Não há identificação de contratação similares anteriores para essa demanda.

8. Serviços de Assistência e Manutenção

A contratada deverá fornecer os serviços de manutenção preventiva e corretiva e suporte técnico, sem custos adicionais.

9. Levantamento de Mercado

Inicialmente no levantamento de mercado foram consultadas contratações similares feitas pela Prefeitura de Fernandópolis, em outros exercícios, no entanto, não foram identificado nenhuma contratação da mesma similaridade do objeto a se adquirido.

A realização da pesquisa através do Compras.gov.br, identificou alguns resultados, porém o item descritivo do objeto das contratações analisadas, diferem do objeto pretendido, ou seja, o objeto não se trata de locação de solução integrada para fiscalização e operação de trânsito, levando a exclusão dos resultados encontrados.

A pesquisa também considerou as diferentes fontes de pesquisa de contratações similares com outras Prefeituras, como por exemplo, a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, através do Processo nº 014/2023, Prefeitura Municipal de Blumenau, através do contrato nº 307/2023 e a Prefeitura Municipal de Ipaussu, através do contrato nº 89/2023, anexados na pesquisa de preços, como base de fonte para o levantamento de mercado, porém visto que as quantidades são diferente da quantidade a ser contratada, os resultados obtidos, não foram considerados, já que a quantidade dos equipamentos, influencia diretamente na diferença entre os preços praticados nos referidos contratos.

A pesquisa direta com os fornecedores obteve êxito, visto que mercado de empresas prestadora de locação de solução integrada de fiscalização e operação de trânsito, é bem vasto, e possibilita que haja a obtenção de propostas de preço com condições que sejam vantajosas ao interesse público e sem declinar no fracasso do Pregão.

Dessa forma com o levantamento de Mercado, analisa que a contratação da solução integrada de fiscalização e operação de trânsito, têm grande probabilidade de êxito.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não se aplica já que para a contratação pretendida, ou seja, a contratação de solução integrada para fiscalização e operação de trânsito (Talonário Eletrônico de multas, com locação de software, equipamentos tipo PDA com impressoras portáteis para operação e fornecimento de suprimentos, manutenção preventiva e corretiva e suporte técnico) foram reunidos em único grupo, objetivando garantir que serviços possam ser executados de forma a dar maior celeridade e padronização na ação, pois de outra forma a responsabilização por eventual problema poderia ensejar contenda entre mais de um prestador de serviço.

11. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O quantitativo dos itens a serem contratados estão discriminados abaixo:

10 - Sistemas - Solução móvel de talonário eletrônico de multas de trânsito;

01 - Sistema - Locação de sistema de gestão talonário eletrônico;

10 - Equipamentos - Locação de equipamentos do tipo PDA;

10 - Equipamentos - Locação de equipamentos do tipo impressora térmicas Portáteis.

12. Descrição da solução como um todo

Com a locação do talonário eletrônico visa facilitar o trabalho em campo, ou seja as operações de fiscalização de trânsito, pois dessa forma a inserção e as consultas das placas dos veículos são feitas em tempo real. Sem contar que há uma redução significativa nos erros de preenchimento em relação ao preenchimento manual, tendo em vista também a questão da grafia e a digitação.

O dispositivo promove celeridade, segurança e rapidez, evitando também rasuras no preenchimento da auto de infração e por consequente a substituição ou cancelamento, processo feito pelo agente de fiscalização, que condiciona a perda tempo e a demora na lavratura da autuação, além da economia com a confecção de talonários impressos, com o deslocamento de profissionais e no tempo do agente que atua no trabalho de fiscalização de trânsito.

A locação do talonário eletrônico também irá introduzir o processo digital no âmbito do Órgão de Trânsito, a tecnologia otimiza a prestação de serviços, aumenta a praticidade e a segurança no processo de autuação no trânsito e reduz o uso de papel no departamento.

13. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas/interdependentes, pois de outra forma a responsabilização por eventual problema poderia ensejar contenda entre mais de um prestador de serviço.

14. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O Plano de Contratações Anual (PCA) é uma ferramenta de governança que consolida todas as contratações que um Órgão pretende realizar no ano subsequente.

Idem, o PCA possibilita ter uma visão sistêmica sobre todas as demandas de compras da Prefeitura

No, entretanto, no PCA foi realizado a demanda para a confecção de serviços de materiais gráficos, ou seja a confecção do "bloco de multas", porém a locação do talonário eletrônico introduz o processo digital no âmbito do Órgão de Trânsito, a tecnologia otimiza a prestação de serviços, aumenta a praticidade e a segurança no processo de autuação no trânsito e reduz o uso de papel no departamento.

15. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 116.520,00

A estimativa do investimento mensal de R\$ 9710,00 (nove mil e dez reais);

A estimativa do investimento total (12 meses) de R\$ 116.520,00 (cento e dezesseis mil e quinhentos e vinte reais)

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A locação do Talonário Eletrônico de Multas vem para substituir e modernizar o “bloco de multas”, utilizado atualmente pelos agentes de trânsito. O sistema promove uma autuação de forma ágil, prática e com alta confiabilidade, otimizando o aproveitamento dos documentos gerados, minimizando as perdas.

O Software disponibiliza a mais moderna tecnologia para atividades em campo, acarretando com isto uma significativa redução no tempo necessário para lavrar uma multa de trânsito, uma vez que a maior parte dos dados já está em um banco de dados na memória do dispositivo móvel, sendo possível tratar em tempo real as informações coletadas, diminuindo consideravelmente a margem de erro no preenchimento do auto de infração.

A locação do talonário eletrônico também introduz o processo digital no âmbito do Órgão de Trânsito, a tecnologia otimiza a prestação de serviços, aumenta a praticidade e a segurança no processo de autuação no trânsito e reduz o uso de papel no departamento.

17. Providências a serem Adotadas

Não será dada nenhuma capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual, porém será realizada reunião com a presença do fiscal de contrato e do gestor de contrato, para detalhamento sobre o contrato de concessão, abordando temáticas referente a fiscalização e gestão, respectivamente:

Marcella de Mendonça Alves - Gestora de Contratos

Paulo Sérgio Alves Aranha - Fiscal de Contratos

18. Possíveis Impactos Ambientais

A locação do talonário eletrônico irá introduzir o processo digital no âmbito do Órgão de Trânsito, a tecnologia otimiza a prestação de serviços, aumenta a praticidade e a segurança no processo de autuação no trânsito e reduz o uso de papel no departamento.

O descarte de papel, bem como, a quantidade de água utilizada no processo produtivo do papel, são fatores que contribuem em possíveis impactos ambientais.

Os passivos ambientais oriundos da produção de papel concentram-se no fato de que as indústrias desse setor são altamente dependentes de recursos naturais como fibras vegetais e água, possuem significativo consumo de energia e são grandes geradoras de resíduos potencialmente poluidores do ar, água e solo.

19. Análise de Risco

Riscos do Processo de Contratação

Risco: 1	Não aprovação dos documentos do Planejamento da Contratação	
Danos e impacto:	Atraso no processo de contratação	
AÇÕES	RESPONSÁVEL	MEDIDA
Adotar procedimentos para que a área administrativa acompanhe a elaboração dos documentos, evitando envios e devoluções do processo.	Equipe de planejamento da contratação, finanças, compras e licitação.	Todo o processo de contratação deve ser acompanhado.
Reuniões com autoridades superiores para sensibilização e aprovação dos documentos.		

Risco: 2	Insuficiência de recursos orçamentários/financeiros para aquisição do equipamento	
Danos e impacto:	Atraso no processo de contratação	
AÇÕES	RESPONSÁVEL	MEDIDA
Encontrar a maneira mais vantajosa economicamente para realizar a aquisição.	Equipe da Secretaria de Trânsito e Transporte em conjunto com a Secretaria de Finanças e departamento de compras.	Todo o processo de contratação deve ser acompanhado.
Sensibilizar o excelentíssimo senhor prefeito sobre a importância da contratação.	Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte	
Remanejar verbas de outros		

projetos, mas que não, serão executados por razões diversas.	Secretaria Municipal de Finanças e Planejamentos.	
--	---	--

Risco: 3	Atraso no cumprimento dos prazos	
Danos e impacto:	Atraso na execução do objeto ocasionando atraso na finalização	
AÇÕES	RESPONSÁVEL	MEDIDA
Estipular sanções administrativas para ocorrência de atraso, além de efetuar notificação a CONTRATADA, bem como efetuar uma fiscalização semanal dos serviços.	Equipe de planejamento da contratação, gestores e fiscais de contrato, através da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte	Todo a gestão contratual deve ser acompanhado.

1.2. Riscos da Prestação do Serviço

Risco: 4	Não atendimento das exigências previstas em contrato	
Danos e impacto:	Impossibilidade da execução do objeto	
AÇÕES	RESPONSÁVEL	MEDIDA
Monitorar o cumprimento dos prazos de atendimentos e fiscalizar os serviços enquanto estão sendo executados.	Gestores e fiscais do contrato.	Abrir procedimento para Apuração de Responsabilidade.

--	--	--

1.3. Avaliação Qualitativa dos Riscos

Impacto/Probabilidade	Sem Impacto	Baixo	Médio	Alto
Baixa				
Médica		Risco 3	Risco 1	Risco 2 e 4
Alta				

1.4. Gravidade das Consequências

Através da matriz, percebe-se que:

O risco considerado de baixa gravidade é o Risco 3, em razão que por se tratar de uma concessão, não será necessário empenhar recursos públicos na contratação.

O risco considerado de média gravidade é o Risco 1, a equipe de planejamento e os responsáveis pela área de compras devem se atentar aos prazos e coordenar o planejamento dos documentos do planejamento da contratação.

O risco 2 é considerado de alta gravidade, portanto, são importante que equipe da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte em conjunto com a Secretaria de Finanças e Departamento de Compras, além para o planejamento dos recursos financeiros a serem empenhados para a contratação.

O Risco 4 também é considerado de alta gravidade, por essa razão o gestor do contrato e o fiscal do contrato devem se atentar no atraso do cumprimento dos prazos e o não atendimentos das exigências previstas em contrato, deste modo, estes riscos devem ser mitigados por meio das ações de prevenção com registro de ocorrências através de notificações, fiscalização rigorosa, além de sanções que deve ser prevista em contrato.

20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PAULO SERGIO ALVES ARANHA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 07/02/2024 às 11:35:54.

21. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

21.1. Justificativa da Viabilidade

É viável a aquisição do talonário eletrônico de Multas vem para substituir e modernizar o “bloco de multas”, utilizado atualmente pelos agentes de trânsito. O sistema promove uma autuação de forma ágil, prática e com alta confiabilidade, otimizando o aproveitamento dos documentos gerados, minimizando as perdas.

O Software disponibiliza a mais moderna tecnologia para atividades em campo, acarretando com isto uma significativa redução no tempo necessário para lavrar uma multa de trânsito, uma vez que a maior parte dos dados já está em um banco de dados na memória do dispositivo móvel, sendo possível tratar em tempo real as informações coletadas, diminuindo consideravelmente a margem de erro no preenchimento do auto de infração.

A locação do talonário eletrônico também introduz o processo digital no âmbito do Órgão de Trânsito, a tecnologia otimiza a prestação de serviços, aumenta a praticidade e a segurança no processo de autuação no trânsito e reduz o uso de papel no departamento